

# AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Gustavo Biscaia de Lacerda  
(Organizador)



Gustavo Biscaia de Lacerda  
(Organizador)

# As Políticas Públicas frente a Transformação da Sociedade

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Rafael Sandrini Filho  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P769	As políticas públicas frente a transformação da sociedade [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Biscaia de Lacerda. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-528-0 DOI 10.22533/at.ed.280190907  1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Sociedade. I. Lacerda, Gustavo Biscaia de.  CDD 320.981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

“A sociedade em transformação”: à primeira vista, essa frase pode parecer uma redundância, na medida em que, por definição, todas as sociedades estão sempre mudando, seja por meio da sucessão das gerações, seja por meio de inovações (intencionais ou não, grandes ou pequenas), seja por meio de mudanças ambientais. Nesse sentido, há 25 séculos, Aristóteles formalizava a concepção grega de que, em contraposição à orbe celeste – imutável, perfeita e incorruptível –, o mundo sublunar caracteriza-se pela corruptibilidade e pelas constantes mudanças.

Ora, o sentido específico da presente afirmação da “transformação da sociedade” consiste nos fatos de que as sociedades contemporâneas vivem as mudanças conscientemente; de que as mudanças sucedem-se com grande rapidez e de que – e isto é o mais importante para nós – desejamos ativamente as mudanças. É na busca ativa das mudanças sociais que as políticas públicas assumem um caráter especial, na medida em que é graças à ação coordenada do Estado com e sobre a sociedade que se pode implementar, de maneira razoavelmente racional, planejada e sujeita ao permanente escrutínio público, todo um conjunto de medidas que visam a melhorar o bem-estar social, bem como o equilíbrio ambiental.

Nesses termos, o presente livro reúne 31 artigos que abordam de diferentes maneiras seja a organização do Estado com vistas à execução de políticas públicas, sejam aspectos de variadas políticas públicas específicas, sejam problemas relacionados à atuação de agentes jurídicos com vistas à imposição de políticas públicas.

Espelhando a variedade de temas, os autores dessa trintena de artigos têm as mais variadas formações acadêmicas e políticas, que vão desde a Sociologia até a Medicina, desde a Fisioterapia até a Gestão de Políticas Públicas, desde o Serviço Social até o Direito, sem deixar de lado as modalidades de interdisciplinaridade que consistem em ter uma formação inicial em uma área e realizar pesquisas pós-graduadas em outras áreas. Igualmente, a titulação desses pesquisadores é variada, passando por estudantes de graduação e chegando a doutores e a pesquisadores com pesquisas pós-doutorais.

De qualquer maneira, acima dessa variedade temática, disciplinar e profissional – que, em todo caso, apenas realça a qualidade do presente livro –, está o fato de que os autores evidenciam todos o compromisso intelectual e também político com o aperfeiçoamento das instituições públicas que visam ao bem-estar social, em suas mais diversas manifestações. Ler os artigos seguintes é aprender a diversidade de possibilidades de realizar a “transformação social” – e, bem entendido, de realizar essa transformação para melhor.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A AUTONOMIA FINANCEIRA CONDICIONADA DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA	
Bruna Lietz	
DOI 10.22533/at.ed.2801909071	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
ATORES, INSTITUIÇÕES E O DESENHO ORIGINAL DO REGIME DE BEM-ESTAR BRASILEIRO	
Oleg Abramov	
DOI 10.22533/at.ed.2801909072	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>31</b>
O DESAFIO DA LAICIDADE DIANTE DO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NUMA SOCIEDADE MULTICULTURAL E PLURALISTA: PERSPECTIVAS, INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS	
Celso Gabatz	
DOI 10.22533/at.ed.2801909073	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>43</b>
MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E HERMENÊUTICA DIATÓPICA: DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE GLOBAL EM REDE	
Guilherme Pittaluga Hoffmeister	
Karen Emilia Antoniazzi Wolf	
DOI 10.22533/at.ed.2801909074	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>55</b>
AS INOVAÇÕES TRAZIDAS ATRAVÉS DO ACORDO TRIPS EM RELAÇÃO ÀS PATENTES DE MEDICAMENTOS E O ÓBICE AO ACESSO A FÁRMACOS	
Daiana Cristina Cardoso Pinheiro Machado	
Tamara Lemos Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2801909075	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>66</b>
GEIROSC - GRUPO DE ESTUDOS SOBRE IMIGRAÇÕES PARA A REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA : APOIO E ATENDIMENTO AO IMIGRANTE	
Sandra de Avila Farias Bordignon	
Deisemara Turatti Langoski	
DOI 10.22533/at.ed.2801909076	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>81</b>
A CENTRALIDADE DO TRABALHO E O JOVEM “NEM-NEM”	
Roseli Bregantin Barbosa	
Maria Tarcisa Silva Bega	
DOI 10.22533/at.ed.2801909077	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>91</b>
A ESCRAVIDÃO NO SÉCULO XXI E SEUS REFLEXOS SOBRE A SOCIEDADE E OS MEIOS DE PRODUÇÃO: BRASIL, EUA E CUBA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Fábio Augusto de Cristo Batista	
DOI 10.22533/at.ed.2801909078	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>113</b>
O NOVO CENÁRIO SINDICAL E AS GARANTIAS DE DIREITOS DOS TRABALHADORES	
Nathália Gonçalves Zapparoli	
DOI 10.22533/at.ed.2801909079	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>126</b>
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (2016)	
Talismara Guilherme Molina	
Hélio Alexandre da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090710	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>138</b>
POLÍTICA PÚBLICA NA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): CONSIDERANDO A DISTRIBUIÇÃO DE RECURSO DO POSTO DE ATENDIMENTO DA CRESOL DE LAURO MÜLLER (SC)	
Edivaldo Lubavem Pereira	
Eduardo Gonzaga Bett	
Walquiria Guedert Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.28019090711	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>155</b>
AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL	
Cássius Dunck Dalosto	
João Augusto Dunck Dalosto	
Celso Lucas Fernandes Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.28019090712	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>167</b>
POLÍTICA HABITACIONAL E O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA NA CIDADE DE TERESINA-PI E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS	
Erick Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090713	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>179</b>
O PROGRAMA ESCOLA E MUSEU COMO UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CULTURAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SME/RJ)	
Priscila Matos Resinentti	
Cristina Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.28019090714	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>190</b>
A DESIGUALDADE DE GÊNERO QUE REFLETE NO ENCARCERAMENTO FEMININO BRASILEIRO	
Josiane Pantoja Ferreira	
Maria Helena de Paula Frota	
DOI 10.22533/at.ed.28019090715	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>200</b>
ATUAÇÃO DAS MULHERES EM CARGO DE LIDERANÇA EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO	
Priscila Terezinha Aparecida Machado	
DOI 10.22533/at.ed.28019090716	

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>220</b>
AZUL OU ROSA NÃO ME DEFINEM: UMA ANÁLISE DO ACESSO A EDUCAÇÃO SEGUNDO A IDENTIDADE DE GÊNERO	
Gabriel Andrades dos Santos João Felipe Lehmen	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>232</b>
O DESRESPEITO À INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS E SUAS POSSÍVEIS RELAÇÕES COM OUTRAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DE VIOLÊNCIA HUMANA: UM OLHAR SOB O FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA PROTETIVA DOS ANIMAIS	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>263</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS: UMA REFLEXÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>287</b>
TRANSFORMAÇÕES NOS HÁBITOS DE CONSUMO DA JUVENTUDE RURAL: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS	
Silvana de Matos Bandeira Éder Jardel da Silva Dutra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090729</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>300</b>
AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS USUÁRIOS DE ALCOOL E DROGAS DO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA	
Cibele Araújo da Silva Ramona Marcelle dos Santos Lavouras Vanessa Cristina dos Santos Saraiva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090721</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>311</b>
HUMANIZAÇÃO NOS PRESÍDIOS: ESTUDO SOBRE GESTÃO SOLIDÁRIA	
João Luiz Mendonça dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090722</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>322</b>
DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO E PROCESSO ADMINISTRATIVO: UMA PREMISSE DO <i>FREEDOM OF INFORMATION ACT</i> (FOIA) NORTE-AMERICANO	
Andressa Sloniec Gerson De Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090723</b>	



**CAPÍTULO 24 ..... 335**

A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E SUA COMPLEXIDADE: UM ESTUDO DA INCORPORAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS EMPRESAS E DA PERCEPÇÃO TÉCNICA JURÍDICO-AMBIENTAL NO BRASIL

Marco Antônio Pontes Aires  
Isabel Christine Silva De Gregori

**DOI 10.22533/at.ed.28019090724**

**CAPÍTULO 25 ..... 349**

EFETIVAÇÃO DO CONHECIMENTO ACERCA DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DO SUS

Davi Alves Moura  
Erivalda Maria Ferreira Lopes  
Francisca Adelanina Paulino da Silva  
Lisley Medeiros Garcia  
Rosa Camila Gomes Paiva  
Sandra Fernandes Pereira de Melo

**DOI 10.22533/at.ed.28019090725**

**CAPÍTULO 26 ..... 353**

A EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE NOS CRIMES DE SONEGAÇÃO FISCAL: UMA ABORDAGEM GARANTISTA

Alessandra Knoll  
Luiz Henrique Urquhart Cademartori

**DOI 10.22533/at.ed.28019090726**

**CAPÍTULO 27 ..... 365**

A METÁFORA DA CAÇA ÀS BRUXAS E SUAS REPRESENTAÇÕES: UMA ANÁLISE DA MEDIDA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA EXPOSIÇÃO DO DISCURSO JURÍDICO

Bianca Larissa Soares de Jesus Roso  
Priscila Cardoso Werner

**DOI 10.22533/at.ed.28019090727**

**CAPÍTULO 28 ..... 380**

UMA VISÃO PARTICIPATIVA NA ABORDAGEM DAS DEMANDAS SOCIAIS NOS CURSOS JURÍDICOS COMO CONDIÇÃO ESSENCIAL DE CIDADANIA

Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra  
Maria Paula da Rosa Ferreira  
Thomaz Delgado de David  
João Antônio de Menezes Perobelli  
Rafaela Bogado Melchioris  
Gabriel Dewes Monteiro

**DOI 10.22533/at.ed.28019090728**

**CAPÍTULO 29 ..... 392**

A AUDIÊNCIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E A EXPERIÊNCIA “O MP VAI ÀS RUAS”, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, EM 2010

Alex Sandro Teixeira da Cruz  
André Garcia Alves Cunha

**DOI 10.22533/at.ed.28019090729**

<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>403</b>
O MEDIADOR COMO MEIO MATERIALIZADOR DO EXERCÍCIO DE CIDADANIA E DE HUMANIZAÇÃO DO PROCESSO	
<a href="#">Carolina Portella Pellegrini</a>	
<a href="#">Carolina Mota de Freitas</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090730</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>418</b>
NOVAS MÍDIAS, DEMOCRACIA E CIDADANIA: O EMBATE MODERNO DAS NOVAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO NO AUXÍLIO DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA VS O POSSÍVEL DISTANCIAMENTO DA VIDA PÚBLICA	
<a href="#">Eduardo da Silva Fagundes</a>	
<a href="#">Luiz Henrique Silveira dos Santos</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090731</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>432</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>433</b>

## A DESIGUALDADE DE GÊNERO QUE REFLETE NO ENCARCERAMENTO FEMININO BRASILEIRO

**Josiane Pantoja Ferreira**

Universidade do Estado do Ceará.  
Fortaleza-CE.

**Maria Helena de Paula Frota**

Universidade do Estado do Ceará.  
Fortaleza-CE.

### GENDER INEQUALITY REFLECTING IN BRAZILIAN FEMALE INCARCERATION

**ABSTRACT:** The present article is the result of the discipline Inequalities in Gender, Generation and Ethnicity, taught in the Professional Master in Planning and Public Policies of the State University of Ceará-UECE. The work takes an approach on the population growth of Brazilian female imprisonment, analyzing the situation of prejudice of women in the labor market and showing that the woman imprisoned also suffers from discrimination. The bibliographic research developed in this work is based on the National Survey of Penitentiary Information of MJ/DEPEN; The National Household Sample Survey (PNAD), from IBGE (2017), which conducted a study on the labor market. Therefore, the prison for women expresses and reveals the gender inequality present in different social spaces.

**KEYWORDS:** Woman arrested, Labor market, discrimination.

**RESUMO:** O presente artigo é fruto da disciplina Desigualdades em Gênero, Geração e Etnia, ministrada no Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará – UECE. O trabalho faz uma abordagem sobre o crescimento populacional do aprisionamento feminino brasileiro, analisando a situação de preconceito da mulher no mercado de trabalho e mostrando que a mulher presa também sofre com a discriminação. A pesquisa bibliográfica desenvolvida, neste trabalho, tem como base o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do MJ/DEPEN<sup>1</sup>; a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE (2017), que realizou um estudo sobre o mercado de trabalho. Portanto, o cárcere para mulheres exprime e revela a desigualdade de gênero presente em diferentes espaços sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulher presa, Mercado de trabalho, discriminação.

### 1 | INTRODUÇÃO

A população feminina no Brasil, segundo o IBGE é superior numericamente a masculina. Na atualidade as mulheres desempenham

1 Ministério da Justiça – MJ e Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN

inúmeras atividades que perpassam pela economia, política, intelectualidade, ou seja, por todas as esferas da sociedade, antes reservada somente aos homens. Apesar da crescente participação das mulheres no mundo do trabalho, de modo geral, a desigualdade de gênero ainda persiste.

As disparidades de gênero, são apresentadas em diversos indicadores socioeconômicos, como por exemplo, os dados apresentados pelo Fórum Econômico Mundial, pela Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe – CEPAL, pelos dados da População Economicamente Ativa – PEA, pelos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, pela Pesquisa Mensal de Emprego – PME e outros. Essa pesquisa abordara os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do MJ/DEPEN e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, do IBGE (2017).

Portanto, ao examinar os dados do MJ/DEPEN e da PNAD, observa-se que as mulheres, ainda são vítimas de discriminações e preconceitos, tanto na sociedade “livre” como na penitenciária, pois no ambiente carcerário existe uma relação assimétrica entre homens e mulheres, o que ocasiona violações de direito das mulheres privadas de liberdade.

## 2 | O CRESCIMENTO POPULACIONAL DO APRISIONAMENTO FEMININO BRASILEIRO

O sistema penitenciário feminino não é tão diferente do masculino quando comparada a situação de infraestrutura, pois no sistema feminino nos deparamos com infraestruturas precárias, sem iluminação, sem ventilação, péssimas condições de higiene, excesso de lotação, dentre outras mazelas, tornando-se um espaço propício ao contágio e proliferação de doenças. Diante deste panorama, uma pessoa que inicia o cumprimento da pena com saúde, provavelmente sairá da penitenciária com a saúde física e/ou mental comprometida. Essa realidade tende a se ampliar cada vez mais, caso não seja viabilizado políticas públicas para esse ambiente (MJ/DEPEN, 2015).

O Brasil apresentava no ano de 2014, segundo o DEPEN, a quinta maior população de mulheres presas no mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos, China, Rússia e Tailândia. A imagem abaixo revela os 10 países com maior número de mulheres encarceradas.

PAÍS	POPULAÇÃO FEMININA	PRISIONAL	TAXA DE APRISIONAMENTO POR 100 MIL HABITANTES
ESTADOS UNIDOS	205.400		64,6
CHINA	103.766		?
RÚSSIA	53.304		36,9
TAILÂNDIA	44.751		66,4

<b>BRASIL</b>	<b>37.380</b>	<b>18,5</b>
VIETNÃ	20.553	22,2
MÉXICO	18.188	1,4
FILIPINAS	13.440	10,3
MYANMAR	10.277	18,8
COLÔMBIA	8.482	17,1

Tabela 3. Informações prisionais dos dez países com maior população prisional feminina do mundo (modificado – MJ-DEPEN, 2015).

Fonte: INFOPEN/MJ, 2015.

Segundo o MJ/DEPEN (2015), a população de mulheres encarceradas brasileiras apresenta um crescimento avassalador, em contrapartida as políticas públicas e o ambiente prisional não estão preparados para oferecer o mínimo a essas mulheres. Essas, em sua grande maioria, permanecem cumprindo suas penas em lugares inadequados. O Estado, não consegue prover a quantidade necessária de penitenciárias com destinação específica, e elas acabam cumprindo sua sentença em ambiente misto, o que contribui com o desrespeito as individualidades das mulheres em restrição de liberdade, e faz com que elas recebam o mesmo tratamento disponibilizado aos homens.

A prisão, historicamente, é um lugar habitado majoritariamente por homens, porém, atualmente é alarmante o crescimento da população feminina nas penitenciárias. O sistema penitenciário brasileiro tem 37.380 mulheres presas. No período de 2000 a 2014 a população feminina aumentou 567,4%, em contrapartida, a média de crescimento masculino, no mesmo período, foi de 220,20%. Isso revela o crescimento descomunal do aprisionamento feminino. (MJ-DEPEN, 2015).

O cometimento de ilícitos por mulheres cresce vertiginosamente, e, por conseguinte, sua presença nas penitenciárias. Como dito, em sua grande maioria não tendo estabelecimento próprio para cumprimento da pena. Os dados levantados pelo INFOPEN revelam que há 1.070 unidades masculinas, o que representa um percentual de 76%. Nas outras destinações há o indicativo de 238 estabelecimentos mistos 17% e 103 estabelecimentos femininos 7%, evidenciando, assim, que a grande maioria das mulheres presas está cumprindo pena em estruturas mistas (MJ-DEPEN, 2015). Para melhor visualização dessa realidade verifica-se o gráfico dos estabelecimentos prisionais:

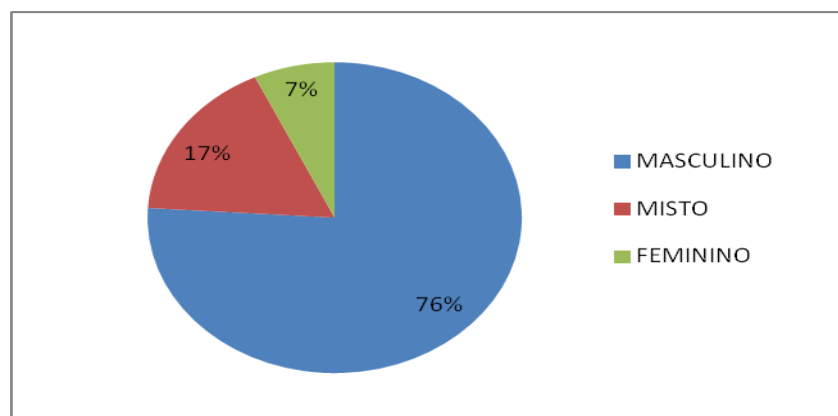


Figura 6. Estabelecimentos Prisionais no Brasil

Fonte: MJ-DEPEN, 2015.

Esses dados desobedecem a Constituição Federal art 5º, XLVIII, que preconiza que “a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado”, esse direito também é assegurado na Lei de Execuções Penais, Código Penal e outras normativas inclusive internacionais (BRASIL, 1988).

Porém, sua efetivação deixa muito a desejar, pois é obrigação do Estado construir estabelecimento prisional em quantidade adequada a situação de gênero, para que não falte vaga para acomodar a demanda que lhe é imposta. A construção de penitenciárias, voltadas para o público feminino é essencial para a criação de políticas públicas específicas, que respeitem as individualidades desse segmento.

Portanto, a presença feminina nas penitenciárias ainda é considerada pequena em relação aos homens, e isso não pode ser usado como justificativa para que os direitos das mulheres encarceradas permaneçam sendo negligenciados. De acordo DEPEN, as mulheres presas já representam 6,5% da população carcerária. Logo, é fundamental que suas especificidades sejam respeitadas no ambiente prisional e na sociedade em geral (MJ-DEPEN, 2015).

### 3 | A CONDIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE E NO CÁRCERE

Ao constatar, o crescimento do aprisionamento feminino, e analisar juntamente com a síntese de indicadores sociais uma análise das condições de vida da população brasileira do IBGE (2017), identifica-se que as mulheres são tratadas de forma desigual tanto na sociedade “livre” como no ambiente prisional, pois as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizou um estudo sobre: O mercado de trabalho, padrão de vida, distribuição de renda, mobilidade ocupacional e educacional. Esta pesquisa mostrou que as mulheres figuram entre os grupos de maior vulnerabilidade, grupo este composto por: pretos ou pardos, jovens e população ocupada menos escolarizada. (IBGE, 2017).

No estudo referente ao nível de desocupados, ou seja, desempregados, a desocupação por cor ou raça, os pretos e pardos representam 62,6%, com relação ao gênero e as mulheres aparecem com o índice de 50,1%. Nesse sentido, as mulheres jovens são as que mais sofrem com a desocupação, uma vez que:

(...) é na categoria mulher de 16 a 29 anos que a taxa de desocupação atingiu o nível mais alto dentre todos os grupos populacionais, com 24,0%. Tal incremento representou 2,2 milhões de mulheres a mais em 2016 que procuraram e não encontraram ocupação, em relação a 2014. (IBGE, 2017, n.p)

Vale ressaltar, que os Estados que registraram os maiores índices nas taxas de desocupação foram o Amapá e a Bahia, ambos com 15,6%. É relevante destacar também, que os maiores índices de desocupação por cor ou raça, são das populações preta ou parda, que estão localizadas nos Estados do Amapá, Bahia e Pernambuco e figuram com índices acima de 16,0%. (IBGE, 2017).

Segundo o IBGE 2017, o percentual da desocupação do sexo feminino é superior ao masculino em todas as unidades da federação, os Estados que possuem os maiores índices são: Amapá, Amazonas e Bahia com índices acima de 18,0%. O IBGE, ao analisar a subutilização da força de trabalho revelou também que as mulheres figuram com 25,1% dos índices de subutilização da força de trabalho, enquanto que para os homens essa taxa é de 17,2%.

Verifica-se, na pesquisa realizada pelo IBGE, que a mulher apesar de sua crescente participação no mundo do trabalho, ainda enfrenta dificuldades para conseguir um emprego. A inserção do público feminino no mercado de trabalho ocorre por diversos fatores, como a necessidade econômica, onde a pessoa se ver obrigada a laborar para contribuir com o orçamento familiar. A falta de acesso da mulher ao mercado de trabalho, pode contribuir com a sua inserção no mundo da criminalidade, segundo Marx (2006, p.15) “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Nesse sentido, as contingências sociais, como o desemprego, podem influenciar a atitude das pessoas, de acordo com o INFOPEN, os delitos mais praticados por mulheres são os que trazem um proveito econômico imediato, como o tráfico de drogas, roubo e furto, conforme o gráfico a seguir:

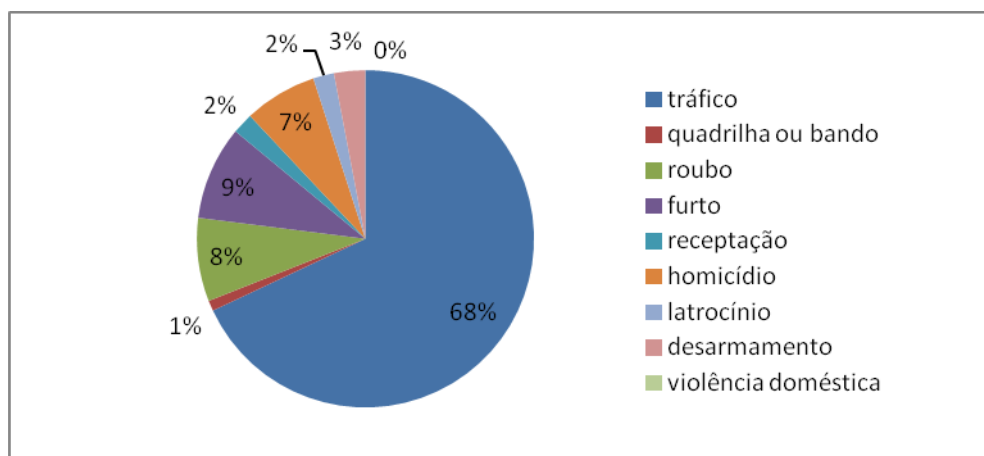


Figura 7. Crimes praticados pelas mulheres

Fonte: MJ/DEPEN, 2015.

O tráfico de droga desponta com 68%, como o delito que mais leva as mulheres para a prisão, esse índice elevado é devido a diversos fatores, segundo Carvalho e Jesus (2012, p. 178), “(...) esse envolvimento se desencadeia a partir da ligação afetiva da mulher com um traficante e que, por uma razão específica, ficou impedido de fazê-lo e permitiu que a mulher ocupasse esta função para complementação da renda familiar”.

Nesse viés, Moura (2012, p.132) sinaliza que:

(...) o desemprego estrutural e o estado de absoluta necessidade de meios para prover a sobrevivência pessoal e/ ou da família constituem os maiores responsáveis pela inserção das mulheres no “negócio da droga”. Desta forma, o tráfico passa a constituir facilmente a estratégia de sobrevivência. Entendo que refletir a questão do tráfico de drogas, considerando a exclusão social, não significa associar pobreza a criminalidade, mas dar visibilidade ao fato de que os que não pertencem à categoria de excluídos, os verdadeiros donos de tão rentável negócio, ficam intocáveis, sem qualquer sanção penal.

Essas narrativas retratam e representam, que a falta de acesso das mulheres ao mercado de trabalho formal, faz com que as mulheres encontrem no crime uma fonte para a subsistência.

Nesse enfoque, França (2013, n.p) relata que as exigências e dificuldades impostas pelo mercado de trabalho acabam por colaborar com a inserção da mulher no mundo do crime, pois:

(...) o tráfico de drogas aparece como uma alternativa viável, pois é capaz de oferecer um retorno financeiro mais rápido às mulheres que em face da baixa escolaridade, não conseguem uma colocação no mercado de trabalho ou quando conseguem, recebem uma remuneração ínfima.

A pesquisa do IBGE (2017), revela que as mulheres que usufruem de sua liberdade encontram dificuldades para acessar e permanecer no mercado de trabalho, situação que se agrava ainda mais para as mulheres encarceradas, pois se antes do aprisionamento a colocação no mercado de trabalho para as mulheres já era precário, essa situação, se torna ainda mais difícil para as mulheres que cumpriram penas em



estabelecimentos prisionais, devido ao “(..) estigma que passam a carregar e pela organização social falha e preconceituosa a que foram submetidas.” (FRANÇA 2013, n.p)

O ambiente prisional, estigmatiza, oprime e discrimina muito mais as mulheres que os homens, as políticas públicas sociais voltadas para os encarcerados são pensadas e planejadas predominantemente para os homens, deixando de lado as peculiaridades do público feminino, que por inúmeras vezes têm seus direitos e sua dignidade violada. É fundamental, portanto, olhar de forma singularizada para o ambiente feminino, a fim de explicitar nas legislações os direitos das mulheres encarceradas (CASTILHO, 2007).

No Brasil, numericamente as mulheres são superiores aos homens, porém, as políticas públicas também refletem o contexto histórico e social da invisibilidade feminina, seja na sociedade “livre” ou no cárcere, nesse sentido, é imprescindível que haja mudanças plausíveis em nosso país, e as políticas públicas que evidencie e respeite a realidade da diversidade de gênero é capaz de contribuir significativamente com a superação da discriminação e violação de direitos tanto na sociedade extramuros como na intramuros.

Cumprе ressaltar, que de acordo com França (2013, n.p), “O cárcere feminino exprime e revela as desigualdades de gênero presente nos diferentes espaços sociais, mas que ganha maior proporção se considerarmos as desigualdades sociais, econômicas e étnico-raciais”. Por isso, é fundamental um olhar diferenciado onde as mulheres encarceradas possam sair da invisibilidade e ter seus direitos respeitados. Dessa forma, é necessário promover e incentivar nos presídios a escolarização e a capacitação profissional das mulheres prisioneiras, para que ao sair do cárcere seja possível sua colocação no mercado de trabalho.

A Lei de Execução Penal prevê que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional, da pessoa privada de liberdade, e assegura que o Estado deve fornecer à pessoa privada de liberdade assistência educacional, com a finalidade de prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. É fundamental a escolarização das mulheres encarceradas, tendo em vista que a maior parte das mulheres presas possui um grau de escolaridade baixíssimo, sendo elucidado no presente gráfico da escolaridade da população prisional brasileira:

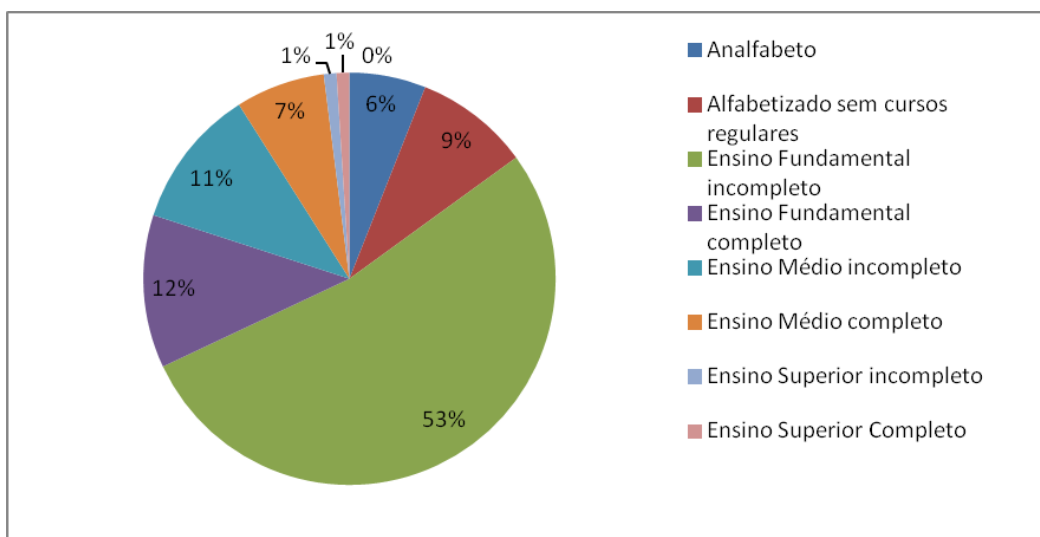


Figura 4. Escolaridade da população prisional brasileira

Fonte: INFOPEN/MJ, 2015.

Conforme os dados 53% dos detentos brasileiros possuem somente o ensino fundamental incompleto, se somarmos a esse percentual os analfabetos, os alfabetizados sem cursos regulares e os que possuem o ensino fundamental completo chegar-se-á a um percentual de 80%, uma porcentagem um tanto inquietante visto que isso representa um público com nenhuma ou pouca escolarização. “Um dado preocupante se considerarmos que a educação possibilita a melhoria da formação humana e contribui para a ascensão socioeconômica” (OLIVEIRA, 2014, P. 84).

A capacitação profissional é uma das exigências do mercado de trabalho, logo, a oferta de escolarização e cursos de capacitação profissional, no interior dos presídios, são fundamentais para contribuir com o processo de inserção das mulheres encarceradas no mercado de trabalho. Pois, ao receber o alvará de soltura, a luta para acessar o mundo do trabalho não será fácil, tendo em vista que a cada dia está mais acirrada a competição, e quem não tem capacitação e carrega o estigma de ex-presidiária fica mais difícil ter uma oportunidade de emprego (DI PIERRO, 2005).

A condição da mulher na sociedade também se reflete no cárcere, segundo dados do IBGE as mulheres são o grupo da sociedade mais vulnerável, sem acesso ao mercado de trabalho, principalmente as mulheres na faixa etária de 16 a 29 anos, de cor negra e de baixa escolaridade. O perfil da mulher livre, sem oportunidade de emprego, coincide com o perfil das mulheres presas, que cumprem pena nas penitenciárias brasileiras, uma vez que, as mulheres em privação de liberdade, segundo o MJ/DEPEN (2015), são jovens de 18 a 29 anos, representando um percentual de 50%, de cor negra 67%, de baixa escolaridade, de baixa renda, possuem filhos, e antes do encarceramento exerciam suas atividades laborais na informalidade, e eram responsáveis pelo sustento da família.

Portanto, para no mínimo amenizar essa realidade, rugosa, áspera e terrificante da desigualdade de gênero, e vislumbrarmos a construção de uma sociedade

onde as pessoas e as legislações que regem o Brasil sejam menos rugosas e arestosas; a criação, implementação, fiscalização e avaliação das políticas públicas comprometidas com a realidade social são fundamentais.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do trabalho foi exposto de acordo com as informações do DEPEN que as mulheres presas já representam 6,5% da população carcerária, a presença feminina nas penitenciárias ainda é considerada pequena em relação aos homens, e isso não pode ser usado para justificar a violação dos direitos das mulheres encarceradas.

As mulheres prisioneiras têm necessidades e peculiaridades que são por sua natureza específica do gênero feminino, e isso não pode ser negligenciado, pois, a maneira como as mulheres formam suas ligações familiares, bem como se relacionam com o crime ocorrem de forma diferenciada. No entanto, no percorrer da história, observa-se, que o ambiente prisional é preparado para que sua engrenagem funcione para atender aos interesses do público masculino, deixando de lado as peculiaridades do universo feminino.

É fundamental que o Estado tenha um olhar diferenciado para as penitenciárias femininas, a fim de desenvolver políticas públicas para essa população, no sentido de amenizar essa discriminação e explicitar nas legislações os direitos das mulheres encarceradas, bem como estimular a criação de cursos de capacitação profissional que abarque as mulheres em restrição de liberdade, para que ao sair do ambiente penitenciário possam conseguir uma colocação no mercado de trabalho.

A capacitação profissional é uma das exigências do mundo do trabalho, logo a oferta de escolarização e cursos de capacitação profissional no interior dos presídios é fundamental, para cooperar com o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho, pois a luta para acessar e permanecer no mercado do trabalho está cada dia mais difícil, e a situação se agrava no caso das mulheres que já passaram pelo cárcere.

Portanto, o ambiente prisional feminino elucida as desigualdades de gênero presente nos diferentes espaços sociais. A partir do estudo a respeito da presença feminina no mercado de trabalho, observa-se que a sociedade ainda relega um papel secundário as mulheres, é isso contribui com a discriminação e violação de direitos, tanto no mundo extramuros e intramuros.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília: Senado Federal, 2001. 407p.

\_\_\_\_\_. Lei de Execução Penal. Lei Nº 7.210 de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm)>. Acesso em: 16 Jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento nacional de informações penitenciárias INFOPEN-junho 2014**. Disponível em:< [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/relatorio\\_depen.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/relatorio_depen.pdf)> Acesso em 08 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira**, 2017. Não paginado. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 12 Jan. 2018.

CARVALHO, Denise; JESUS, Maria Gorete Marques de. **Mulheres e o tráfico de drogas: um retrato das ocorrências de flagrante na cidade de São Paulo**. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília, Edição 9 – Maio/2012. Disponível em: [www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/download/2285/188](http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/download/2285/188). Acesso em 13 de Jan. 2018

DI PIERRO, M.C. Trajetória recente da educação de jovens e adultos na América Latina e Caribe. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n.134, maio/ago. 2008.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. **Prisão, Tráfico e Maternidade: um estudo sobre mulheres encarceradas**. Tese (doutorado em Sociologia). João Pessoa-PB, UFPB, 2013. Não paginado. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/7302/1/arquivototal.pdf>. Acesso em 13 de Jan. 2018.

MARX, Karl. Dezoito de Brumário. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MOURA, Maria Juruena de. **Porta Fechada, Vida Dilacerada – Mulher, tráfico de drogas e prisão: estudo realizado no presídio feminino do Ceará**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade). UECE, Fortaleza, 2005. Disponível em: [http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/dissertacao\\_juruena\\_moura.pdf](http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/dissertacao_juruena_moura.pdf). Acesso em: 23 de ago. 2017.

OLIVEIRA, Leandra Salustiana da Silva. **Educação prisional: um estudo do processo educativo dos presos do regime semiaberto**. Dissertação (Mestrado em Educação). Paranaíba, MS:UEMS, 2014. Disponível em: [http://www.uems.br/pgedu/arquivos/1\\_2014-09-02\\_09-45-52.pdf](http://www.uems.br/pgedu/arquivos/1_2014-09-02_09-45-52.pdf). Acesso: 29 de março de 2017.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**GUSTAVO BISCAIA DE LACERDA** é Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2010), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2004) e Bacharel em Ciências Sociais pela UFPR (2001); entre 2012 e 2013 realizou estágio pós-doutoral em Teoria Política na UFSC. Desde 2004 é Sociólogo da UFPR. Suas principais áreas de atuação consistem em teoria política republicana; história das idéias; história política brasileira; pensamento político brasileiro; positivismo; políticas públicas e gestão universitária. Acesso ao currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7429958414421167>

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Autonomia financeira 1

### C

Cargos de liderança 200

Cidadania 30, 41, 70, 124, 165, 231, 232, 253, 259, 260, 348, 380, 397, 411, 416, 418, 430

Condicionamento 1

Consumo 287, 299

Criança e adolescente 375

### D

Demandas Sociais 380, 404

Democracia 29, 123, 261, 322, 328, 334, 352, 392, 418

Desenvolvimento Socioeconômico 126

Direitos Humanos 6, 31, 43, 50, 51, 55, 65, 66, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 177, 229, 230, 231, 254, 257, 260, 261, 264, 300, 305, 315, 320, 329, 374, 379, 416

Drogas 300, 302, 303, 305, 307, 309

### E

Educação 25, 26, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 79, 80, 81, 125, 138, 177, 180, 181, 185, 186, 189, 199, 218, 219, 220, 227, 228, 229, 231, 232, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 269, 281, 311, 314, 316, 317, 320, 379, 416

### F

Federalismo 1, 3, 5, 12

### G

Gênero 190, 218, 219, 220, 222, 230, 231, 379

### H

Humanização 311, 349, 350

### I

Identidade 182, 220, 230, 231

Integridade Física e Psíquica 232, 234, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280,

281, 282, 283, 284, 285

## **L**

legitimidade 10, 21, 32, 302, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 362, 364

## **M**

Meio ambiente 335

Mercado de trabalho 190, 205

Mulheres 41, 76, 199, 200, 203, 206, 211, 218, 232, 253, 255, 259, 260, 369, 379

## **P**

Pobreza 126, 136, 137, 153

Política Pública Protetiva 253, 254, 255, 256, 257, 259, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285

Política Social 13, 124

Proteção Animal 232

## **R**

Responsabilidade Socioambiental 335, 341, 342

## **S**

SUS 9, 309, 310, 349, 350, 351, 352

Sustentabilidade 335, 347, 348

## **V**

Violência Humana 232

Violência sexual 365

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-528-0

